

## ENTREVISTA

### **TRABALHO E EDUCAÇÃO: QUE TRABALHO (DE)FORMA O CIDADÃO?<sup>1</sup>**

*Gaudêncio Frigotto\**

*Júlio César Leal Pereira\*\**

Em janeiro deste ano, o professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, recebeu em seu apartamento, na capital do Rio, um pesquisador da Universidade Federal da Bahia (Ufba), professor Júlio César Leal, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufba. A relação entre trabalho e educação, tema geral da entrevista – relativamente novo para o segundo e conhecido de longa data pelo primeiro –, norteou o diálogo entre os dois.

A entrevista aqui resenhada se deu no contexto da busca por autores e referências acerca da questão da positividade/negatividade do trabalho infanto-juvenil, sobretudo em suas relações com a educação e o processo de escolarização. Gaudêncio é autor de obras importantes na área, tais como

---

<sup>1</sup> O texto baseia-se na revisão de literatura do Projeto de Tese de Júlio Pereira, financiado pela Capes e inscrito no Programa de Doutorado em Educação da Ufba, desenvolvido numa parceria entre a Faculdade de Educação e o Instituto de Saúde Coletiva.

\* Doutor em Educação. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor de vários artigos e livros sobre trabalho, educação e política. E-mail: gfrigotto@globo.com.

\*\* Doutorando em Educação na Universidade Federal da Bahia (Ufba). Diplomado em Estudos Avançados de Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. E-mail: julioprof@yahoo.com.br

**Educação e a Crise do Capitalismo Real<sup>2</sup> e Educação e Crise do Trabalho.<sup>3</sup>** Doutor em educação, pesquisador e professor universitário, tem-se dedicado ao estudo de questões polêmicas que estão na ordem do dia e que vieram à tona na conversa adaptada<sup>4</sup> para esta publicação; uma conversa ao mesmo tempo descontraída e muito séria.

Como analisar a questão do trabalho infanto-juvenil no contexto da atual reestruturação do mundo produtivo? Como a globalização e as novas tecnologias interferem no trabalho e na configuração da escola? Como ficam as demandas por escolaridade e formação num tempo em que predomina o discurso da “empregabilidade” e das “competências”? Que tipo de trabalho mais contribui para a formação ou para a “deformação” do cidadão brasileiro? Em que estágio se encontra o debate entre os especialistas acerca da relação trabalho e educação?

A atuação de organismos internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é de grande importância na construção da realidade, na abordagem dos problemas emergentes e, mesmo, na polarização de certas interpretações dos fenômenos sociais, mais ou menos condizentes com os interesses da maioria dos brasileiros.

Essas e outras questões são discutidas a seguir, num tom leve e informal – próprio de uma conversa entre pessoas com certos interesses afins –, mas sem prescindir de uma profunda análise das implicações do debate acadêmico para a elaboração de políticas educativas, sociais e, até, econômicas, para a nação brasileira. O debate apenas começou. Os teóricos, as pesquisas, as estatísticas, enfim, toda fonte de dados e informação serve para alimentar a discussão. Mas não se trata apenas de produzir novas investigações. Trata-se de compreender melhor a realidade para poder transformá-la. Esse é o compromisso ético dos estudiosos implicados. Mas há ainda os educadores, os gestores, os políticos, os empresários, os comunicadores, os especuladores, as pessoas em geral... Na verdade, o debate apenas começou.

**Júlio:** Bem, eu vou começar a entrevista com o professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema “Relação entre trabalho e educação: interferências do trabalho no processo formativo”.

<sup>2</sup> Publicado pela Cortez, em 1996, na cidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Publicado pela Editora Vozes, na cidade do Rio de Janeiro, cuja quarta edição data de 1998.

<sup>4</sup> Apesar de a linguagem escrita guardar certa diferença, em estilo, da linguagem oral, o entrevistado deu autorização expressa para a publicação do presente texto, cuja edição, feita pelo entrevistador, preserva as idéias originais que emergiram durante a entrevista.

**Gaudêncio:** Júlio, eu li o seu Projeto de Doutorado<sup>5</sup> e vi que o foco é o trabalho realizado por adolescentes. Você trata da relação entre trabalho e educação e questiona se o trabalho ajuda a educação... Parece-me interessante a mudança de enfoque que você faz.

**Júlio:** Há algo que me preocupa de maneira especial nesse debate. Eu tenho lido muitos trabalhos que abordam a questão da educação sempre com ênfase no aspecto legal. Assim, temos as leis, as leis não são cumpridas, há uma distância entre o real e o ideal, o visto e o prescrito, etc. Então, fala-se da precarização do jovem no trabalho, da “infância roubada”, etc., etc. Não que isso não seja importante, mas, como já há muita coisa produzida nessa área, eu optei por verificar o *outro lado*, pouco questionado, ou seja, se o trabalho tem algum **potencial formador** e qual o tipo e que tipo de trabalho tem esse potencial em maior ou menor proporção.

Temos uma pesquisa<sup>6</sup> que aborda esse tema, em Salvador, abrangendo bairros de toda a cidade; uma pesquisa de grande envergadura. Trata-se de um estudo longitudinal, de coorte. Recentemente decidiram aprofundar um pouco mais a questão da educação e da escolaridade, depois de constatarem que o impacto do trabalho sobre a saúde dos jovens trabalhadores não é tão grande quanto se esperava, provavelmente porque os resultados negativos, quando se lida com meninos, com jovens, só acontecem anos mais tarde. Os impactos imediatos são basicamente na formação, na escolaridade. Foi assim que surgiu essa chance de estudar um pouco mais a questão, de esmiuçar mais... Que impactos são esses? Não só verificar a hipótese de que o trabalho tem um impacto negativo – o menino fica desmotivado, sai da escola, etc.—, mas propor também a hipótese de que pode talvez haver outros impactos.

**Gaudêncio:** Primeiro, considero importante a sua preocupação. Como você mostra na revisão de literatura, trata-se de um campo cheio de armadilhas e de polêmica. O primeiro ponto que eu acho interessante é o seguinte: as crianças e os jovens que estão trabalhando precocemente não estão fazendo isso porque querem nem porque os pais deles são assassinos nem por nada

---

<sup>5</sup> Título provisório: “Trabalho do Adolescente e seu Impacto sobre a Escolaridade e a Cidadania: possibilidades de (de)formação?” Trata-se de um Projeto de Tese inscrito no Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Bahia, desenvolvido numa parceria entre a Faculdade de Educação e o Instituto de Saúde Coletiva (ISC).

<sup>6</sup> O Instituto de Saúde Coletiva da Ufba vem estudando, desde 2000, o impacto do trabalho sobre a saúde e a educação, temática acerca da qual já conta com várias publicações, incluindo duas teses de doutorado.

disso. Então, não adianta fazer uma análise moral da questão. O que seria uma análise moral? A do “dever ser”, a do “não devia trabalhar”, “não devia isso”, “não devia aquilo”. Ora! Dê alternativas ao sujeito e daí ele vai para o... *shopping!* [Risos] Bem, esse é um ângulo. Claro que o ideal é que a infância e a adolescência sejam vividas devidamente, que se aproveite o lúdico, etc. Agora, você toca em um aspecto importante: em que sentido o trabalho então é um elemento crucial? Não me refiro, obviamente, ao trabalho que esfolia, que explora, etc. Não estamos falando disso.

Nessa discussão, eu vejo que há uma base teórica, no próprio marxismo, muito importante. Quando Marx discute o trabalho – a exploração do trabalho – ele mostra a **negatividade** da exploração do trabalho infantil, mas ao mesmo tempo a **positividade** do trabalho que a revolução burguesa traz, entende? Ele discute *o trabalho como valor*. Eu vejo que essa é a primeira crítica que você faz bem em seu trabalho.

**Júlio:** Como a sociedade brasileira e os organismos internacionais têm reagido à positividade/negatividade potencial do trabalho infanto-juvenil?

**Gaudêncio:** Há, por exemplo, toda uma visão, presente na própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), de proibição do trabalho infantil. Proibir o trabalho infantil por proibir, se não se criam alternativas de vida para essas crianças e jovens, é piorar a situação deles. Para eles representa a “perda de um trabalho”. Aí vão para a prostituição, vão para o pequeno delito; isso porque eles têm que sobreviver! Nesse sentido, encaro a prostituição como trabalho. Teríamos de encará-la como trabalho, quer dizer, as pessoas que vão se prostituir não o fazem porque acham bonito. Quando se trata da classe média, não se diz que é prostituição, não é? Nós temos que entender por que esses jovens trabalham. Eles trabalham por necessidade.

**Júlio:** Mas o trabalho, também, não pode ser, de certa forma, explorador ou alienante?

**Gaudêncio:** Sim, claro. Penso que aqui cabe, sim, uma crítica à exploração do trabalho, porém, ao mesmo tempo, é preciso ver em que sentido o trabalho possui elementos educativos. O trabalho surge, assim, como fundamento, distinguindo-se como criador de vida, entende? Trata-se do trabalho como “princípio educativo”, conforme aparece nos clássicos. O Manacorda, inclusive, discute essa questão não com o argumento de que o indivíduo aprende fazendo, de defesa da relação teoria e prática. Essa é uma dimensão evidenciada por

Freinet e Pistrak, autores importantes para fundamentar a pedagogia do trabalho. Mas, em Marx e Engels, o trabalho é “princípio educativo” por um aspecto fundamental: é que o ser humano, qualquer ser humano, só sobrevive se ele sai de si e transforma a natureza nos elementos de que necessita.

Primeiramente ele tem que produzir aquilo que o seu metabolismo precisa. Eu costumo dizer que somos uma espécie de “anta evoluída” [risos]. Portanto, incorporar, desde a infância, o direito ao trabalho e o dever do trabalho é um elemento crucial educativo, socializador. Nesse sentido, Marx vê um avanço da burguesia em relação às sociedades pré-capitalistas, porque estas se baseavam numa divisão na qual a aristocracia não trabalhava; isto era incumbência do escravo, do servo, etc. Então, contraditoriamente, a burguesia introduz um elemento positivo quanto ao trabalho.

Porém, em seguida, ela introduz o trabalho precoce e infantil como uma forma de baratear o custo do trabalho. Então, você tem que discutir esta contradição. Na verdade, eu diria o seguinte no caso desses jovens, que são objeto do seu estudo: vai existir positividade e negatividade ao mesmo tempo. Não é uma coisa ou outra, são as duas coisas. O indivíduo que está ali, precisando trabalhar, nas relações sociais em que nós estamos, provavelmente será explorado, entende?

Entretanto, não há negatividade somente. Ele se afirma, vai construindo, tecendo saberes, enfim. Penso que você deve trabalhar o caráter contraditório do problema. Se, por um lado, temos que lutar contra o trabalho esfoliador, explorador do jovem e da criança, isto certamente não significa que o trabalho não eduque.

**Júlio:** Na prática, como isso funciona?

**Gaudêncio:** Por exemplo, por que a criança e o jovem, desde pequenos, não podem se habituar a determinadas tarefas que eles são capazes de realizar? Não me refiro a uma atividade com o sentido de exploração, mas de colaboração com a comunidade, com a escola, cooperação em casa. Os indivíduos das classes populares trabalham desde muito cedo, colaborando em casa. Nos acampamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), as crianças e os adolescentes trabalham.

Na zona rural, por exemplo, tem havido uma evolução muito grande. O homem do campo muitas vezes é duro com os seus filhos, de modo que o lazer fica sempre em último lugar, por causa da luta pela sobrevivência.

Mas é possível mediar isso. Também é possível pensar o direito ao lúdico, o direito à educação, etc. No MST, a criança tem tarefas no acampamento. Muitos precisam do trabalho do jovem porque é fundamental. Ele é um **animal evoluído** que precisa ter uma atividade, e isso é educativo! Além disso, nesse processo ele vai aprendendo coisas, não é mesmo? E ao mesmo tempo luta pelo direito à escola, o direito ao lazer, etc.

**Júlio:** Num estudo sobre trabalho e educação envolvendo sujeitos adolescentes ou jovens – como é caso do meu estudo de doutorado, por exemplo –, a que aspectos o pesquisador deve estar atento?

**Gaudêncio:** Uma coisa que eu julgo importante é notar a diversidade de juventudes. A população a ser estudada é uma coisa que você tem que qualificar melhor no seu projeto; definir de que jovens você está tratando. De certa forma, isto já está delimitado ali: não são jovens de classe média nem de elite e nem os que ultrapassaram, digamos, o limite do lícito e do não lícito. Uma coisa é falar dos jovens do campo, outra coisa é falar dos jovens das periferias urbanas, e outra coisa é falar dos jovens em conflito com a lei, que são funcionários do tráfico. Enfim, é preciso ser cuidadoso, especificar quem é este seu sujeito.

Nesse sentido, existem várias discussões. Por exemplo, eu acompanhei uma tese de uma pesquisadora, que toma bairros pobres de Belo Horizonte e, neles, investiga as trilhas seguidas pelos jovens. Alguns se integram na sociedade via religião. Eles vão cuidar do coral, vão, enfim, tocar na bandinha, etc. e por aí vão criando uma rede. Eles vão arrumando qualquer tipo de ocupação e se integram. Desse modo, escapam da exclusão, do pequeno delito, etc. e, também, de serem presas fáceis de coisas mais complicadas.

Outra alternativa é o Sistema S, de formação profissional. O jovem entra no Senai, no Senac, etc. E o terceiro meio é a sua entrada na fábrica do trabalho, aberta por esses mecanismos. O trabalho surge, então, como elemento integrador. Óbvio que nos vem a pergunta: mas por que eles têm que entrar precocemente? Poderíamos ter uma sociedade diferente... Então por isso eu acho, Júlio, que você tem que trabalhar no “fio da navalha”, entende? [Risos]. Mas me parece que a sua provocação é muito, muito boa, e há elementos que lhe permitem sustentar isso teoricamente.

**Júlio:** Agora, professor, em relação ao modo como o trabalho mudou ao longo do tempo e às características que o trabalho tem hoje com a globalização,

a reestruturação do mundo produtivo... Qual o impacto que o senhor vê que o trabalho passa a ter sobre a escola, sobre as maneiras de aprender, sobre a formação do sujeito?

**Gaudêncio:** Eu acho que é um impacto muito contraditório porque, do ponto de vista, digamos, do grande discurso, a idéia é a de que genericamente nós precisaríamos aumentar o patamar de escolaridade de todo mundo para que as pessoas tenham “empregabilidade”. Mas o que é que está acontecendo na prática? Na prática está acontecendo um fenômeno que se deve a vários mecanismos. Um deles é o desenvolvimento científico e tecnológico. Muitas ocupações estão desaparecendo, outras estão encolhendo brutalmente. Por exemplo, vejamos apenas dois setores: o metalúrgico e o bancário. Eram novecentos mil os bancários na década de 70, hoje são menos de duzentos mil! O banco somos nós.

Na verdade, quase não existem mais funcionários nos bancos. Existem, sim, aqueles que trabalham com informática. Mas se olharmos bem, o caixa está em qualquer lugar a que você vai. O historiador Hobsbawm já indica um banco na Inglaterra que cobra 5 libras para quem consulta o caixa convencional; 5 libras! Você é induzido a optar pelo caixa eletrônico. Então você passa a trabalhar para o banco, pois se obriga a ter cartão magnético, a usá-lo e a pagar por ele.

Então, de um lado, há uma profunda destruição de ocupações que não voltarão e, de outro, um benefício. Também existe um outro processo que é esse chamado de globalização. Nele se dá uma profunda regressão das relações sociais, fazendo com que voltemos a um mercado auto-regulado. Assim, de um lado, a ciência e a tecnologia diminuem a necessidade dos trabalhadores; de outro, há um mercado que se desfaz dos compromissos públicos sociais e só prefere *filé mignon* [risos]. Além disso, o mercado dos centros do capitalismo hegemônico é que tem os melhores empregos.

Com a privatização no Brasil, empregos de classe média, que eram importantes, simplesmente sumiram! E aqui, no lugar dos nossos engenheiros, arquitetos, gestores etc., teremos os que vêm da França, Alemanha, Espanha etc., etc. Portanto, o impacto que o trabalho tem sobre a educação e a formação é de várias ordens. Eu acho que um impacto negativo é que se criou a idéia – por essa visão da pedagogia das competências, da empregabilidade – de que a falta de emprego é porque as pessoas não têm

boa escolaridade. Ter boa escolaridade é bom para tudo, mas não é por isso que não se tem um bom emprego.

**Júlio:** Então qual a vantagem, para o sujeito, de investir em sua educação e escolaridade?

**Gaudêncio:** Eu li recentemente um texto que aborda a questão do trabalho, da educação e da empregabilidade. Nele o autor se pergunta: “Os pobres são pobres porque têm mais escolaridade ou os pobres têm mais escolaridade porque são pobres?” Em outras palavras, ter mais escolaridade induz ao desemprego, ou é o desemprego e a pobreza que fazem o indivíduo lutar por sua escolarização e formação? É interessante. Agora, de todo modo eu entendo que um dos elementos é, sim, a formação. Hoje, quanto mais a pessoa dispõe de um capital cultural de conhecimento, de base, melhor se move em todos os sentidos: como cidadão, na disputa pelo trabalho, na tentativa de entender a sociedade, no exercício de sua cidadania.

Portanto, não podemos ignorar a realidade e dizer que as mudanças que existem do ponto de vista das comunicações, do ponto de vista da ciência, da tecnologia, não tenham a ver com a escola. Hoje, se você abrir o jornal **O Globo** – só para acrescentar um dado relacionado à sua pergunta – há um artigo indicando que o Brasil possui novecentas e poucas mil patentes, quer dizer, quase um milhão de produtos cuja propriedade intelectual lhe pertence. Os Estados Unidos, só no ano passado, patentearam lá, internamente, um milhão e duzentas mil; só para você ter uma idéia.

Agora, claro que isto tem a ver com a nossa situação de dependência, etc., mas também tem a ver com a baixa, extremamente baixa escolaridade generalizada, entende? Nós não temos nível médio bom, e é para isto que o Arrighi, no livro **A Ilusão do Desenvolvimento**,<sup>7</sup> chama a atenção. Ele diz: “Olha, os países subdesenvolvidos realizam atividades neuromusculares e os países desenvolvidos estão desenvolvendo as atividades cerebrais”. Então, um dos impactos importantes para o qual eu chamaria a atenção é o de que sem elevação da escolaridade – uma escolaridade de qualidade – não há nem cidadania e nem competitividade, se a gente pensar em termos capitalistas. As implicações, portanto, são de várias ordens.

Agora, aí nós temos que separar o joio do trigo; não culpar a vítima por ser vítima. Posso eu culpar o jovem trabalhador que tem pouca

<sup>7</sup> Cf. Giovanni Arrighi e a respectiva obra, publicada em 1998, em Petrópolis, que faz parte da coleção *Zero à Esquerda*, da Editora Vozes.



escolaridade, dizer que ele não é empregável porque tem pouca escolaridade? Ele às vezes não tem escolaridade alguma. Mas não é ele... Não adianta ele ter escolaridade, se não há postos de trabalho para lhe oferecer.

**Júlio:** Como pensar a relação entre a escola e o mundo produtivo numa sociedade sem empregos para oferecer?

**Gaudêncio:** Com a restrição do mundo do emprego, não significa que as pessoas não precisem de trabalho. A intenção é ter emprego e trabalho. Por exemplo, na década de 80, falava-se no mercado formal e informal. Hoje se fala em economia solidária, economia cooperativa, economia popular, economia de sobrevivência.

Eu acabei de prefaciá-lo um livro, publicado há pouco, que tem um pequeno texto meu, no final, intitulado: “A ideologia da galinha dos ovos de ouro”. Nele discuto um pouco essa idéia de que a escola resolve todos os problemas. Não; a escola resolve alguns problemas, mas não resolve todos. O mais importante desse livro é que mostra as várias experiências de trabalho e não-trabalho e emprego, entende? São todas as formas de trabalho que surgem hoje em dia e que nós chamamos de “trabalho informal”.

As pessoas que ficam desempregadas buscam de alguma forma sobreviver. Então criam pequenos grupos de produção, cooperativas. Hoje existe, inclusive no Governo Lula, uma Secretaria de Economia Solidária. Está lá, um tanto inativa por falta de recursos, mas existe.

**Júlio:** A escola mudou muito nesse contexto de globalização, de demanda por empregabilidade, desse discurso sobre a competência? Como é que a escola tem reagido em relação a isso?

**Gaudêncio:** Eu diria que a escola da classe média, a escola da classe branca, é uma escola de tempo lento. É uma escola que não muda muito. Os colégios clássicos, normalmente confessionais, de larga tradição, privados, não mudam muito. Por quê? Porque não é da natureza da escola ser capaz de acompanhar o movimento das mudanças do mundo da produção.

O debate na década de 90, no Brasil, dizia: “Não! A escola tem que seguir o que o mercado faz”. Nenhuma escola faz isso. Uma boa escola dá elementos para que o sujeito saia dali e possa entender a dinâmica de mudança. Para isso, tem que ter uma base: uma base de história, uma base de geografia, uma base de química, uma base de física, uma base de matemática. O sujeito que tem essa base vai “ler o mundo”, como diria Paulo Freire.

Agora, um indivíduo que só teve treinamento rápido não possui os elementos necessários para fazer essa leitura; ele tem que ser re-treinado o tempo todo. Hoje temos um problema sério entre os mecânicos práticos e os mecânicos das grandes montadoras, os das oficinas, digamos, autorizadas. Certos profissionais de oficinas autorizadas vão, inclusive, estudar o motor lá onde ele foi produzido. Se for da Wolks, lá na Alemanha; se for da GM, lá nos Estados Unidos; se for, enfim, da Peugeot, vão para a França. Então, quando você leva o automóvel ao mecânico que tem a base de eletrônica, ao mexer num componente, ele sabe que mexe nos outros. No entanto, se você leva o carro para o mecânico que é treinado para aprender a fazer “no gatilho”, ele não tem o saber. No campo da produção fordista, é fantástico; criava-se conhecimento “no gatilho”. Hoje, porém, a tecnologia que está aí não permite o gatilho, pois, quando ele troca aqui, estraga lá. A primeira coisa, quando você vai a uma oficina dessas sofisticadas, é um “grampo”, porque o mecânico cobra caríssimo! [Risos] Eles têm todo um instrumental para identificar onde está o problema.

Este trabalhador não se acha na oficina artesanal. Então, na verdade, nós temos, como diz o Pedro Lessa (ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDS), duas economias: uma economia de sucata e uma economia digital-molecular funcionando. Assim, sem dúvida nenhuma, o Brasil está perdendo a corrida na cidadania, na violência, na tecnologia, entre outras coisas, porque não tem uma cidadania com instrumentos que permitam ao cidadão lutar por seus direitos e, ao mesmo tempo, incorporar conhecimentos rapidamente, criar conhecimentos, etc.

Então, qualquer mudança, e mudança na velocidade que existe, causa impacto hoje em dia. Todavia, mais que uma sociedade de mudança veloz e de incertezas, estamos numa sociedade de insegurança, dadas as relações sociais que ela desenvolve.

**Júlio:** O senhor citou alguns autores que têm discutido esses temas, inclusive que abordam questões bastante relevantes. Mas, tem algum outro autor, brasileiro ou estrangeiro, que tem trabalhado de modo mais específico com respeito à relação entre trabalho e educação?

**Gaudêncio:** Sim, sim... Bom, eu vou lhe passar um texto sobre essa relação de globalização e formação do trabalhador, mas, primeiro, sobre globalização. Na verdade são dois textos: um que fala sobre globalização e outro que fala

da crise do trabalho, que é do Ramón Peña Castro, um economista espanhol, mas que mora aqui no Brasil há muito tempo; está aposentado. É um autor muito bom.

Há outro livro organizado por nós que se chama **Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século?**<sup>8</sup> Deixa ver... Aqui inclusive tem um texto do Pablo Gentili muito bom... Tem esse texto aqui também, da Maria Ciavatta, que faz uma comparação entre vários países. Tem um texto da Lia Tiriba que trata exatamente das outras formas de trabalho. Eu acho que é uma coletânea que dá uma visão panorâmica do debate sobre trabalho. Há, ainda, outros autores... Temos a Acácia Kuenzer, o Miguel Arroyo... O Miguel Arroyo faz uma discussão mais voltada para a relação pedagógica; é um texto muito interessante para você, considerando o seu objeto teórico.

**Júlio:** Como tratar o tema da juventude hoje, havendo tanta diversidade nas abordagens teóricas e nas políticas públicas?

**Gaudêncio:** Existe uma discussão, nada desprezível hoje, que é sobre o limite entre os conceitos. Temos hoje vários conceitos de juventude. Por exemplo, o IBGE, ao tratar a questão do jovem, define a juventude como a que vai até os 21 ou 23 anos, mais ou menos. Mas tem literaturas em que a juventude vai até os 32 anos. Há países que levam a juventude até um pouco mais tarde. Enfim, juventude não é um conceito biunívoco. Portanto, é preciso estar atento. Já adolescência é um conceito muito mais marcado pelo enfoque da psicologia do desenvolvimento. A adolescência é considerada uma fase mais psíquica. Juventude, por sua vez, é um conceito mais sociológico. Então você precisa levar isso em conta. Se você vai trabalhar com adolescentes, você tem aí dimensões mais psicossociais do que sociopolíticas, digamos. Juventude é um conceito mais sociopolítico.

**Júlio:** É... agora eu fiquei na encruzilhada! [risos]

**Gaudêncio:** É. Eu tratei disso num texto, há muito tempo, quando eu estava estudando – eu tinha acabado a graduação. Dizia que a psicologia da adolescência é uma psicologia do desenvolvimento. Esse é um ângulo a que você tem que prestar atenção. O outro é exatamente a parte teórica: você vai lidar com essa questão do trabalho na sua forma histórica – trabalho escravo,

---

<sup>8</sup> O entrevistado faz alusão à coletânea intitulada **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**, organizada por ele, publicada pela Vozes, em Petrópolis, e que já está na 7ª edição.

trabalho capitalista – e na sua dimensão ontológica, na sua dimensão onto-criativa. Em qualquer sociedade, o ser humano precisa do trabalho. Então, falar em fim do trabalho é uma besteira!

**Júlio:** Tenho mais uma pergunta, para terminar. Como é que o senhor vê a questão do trabalho formador e do trabalho deformador – esses dois pólos: negatividade e positividade –, no contexto do Brasil?

**Gaudêncio:** Eu penso que, no trabalho, tal como o conhecemos hoje, há mais negatividade. Mas que isto não limite a importância de ver seus aspectos de positividade, porque eu concordo com você que a ênfase tem sido só na negatividade. Isto também é uma visão muito restrita. É como o Miguel Arroyo considera: o trabalho, mesmo dentro do contexto capitalista, tem um elemento formador.

Então, sem dúvida nenhuma, a nossa luta é para que o trabalho seja menos deformador, mas isto não significa que achemos positivo formar “mamíferos de luxo” – e o Gramsci chama “mamífero de luxo” exatamente aquela pessoa que é educada para achar que não precisa trabalhar. Ela não sabe de onde vem o livro, não sabe de onde vem o sapato, não sabe de onde vêm os óculos, não sabe de onde vem o pão, não sabe de onde vem a galinha; tem uma visão metafísica, romântica, uma visão... Isto eu acho que é terrível!

É por isso que as classes populares sofrem: porque são expropriadas. Mas elas são humanamente mais solidárias; isso no convívio a gente sente. E a própria luta pela sobrevivência as educa; se tornam “animais evoluídos” mais sociáveis. A classe média é educada mais para explorar, digamos. É menos solidária, é menos sensível.

O trabalho tem elementos positivos e, mesmo quando você vê uma criança trabalhando... Claro que eu sou contra o trabalho semi-escravo ou o trabalho embrutecedor – nem você nem eu queremos isso para os nossos filhos nem para ninguém –, mas daí eu dizer que proíbo esse trabalho... Vamos proibir o trabalho dos meninos? Claro que tem aí tudo misturado, mas pelo menos existe um sinal de que o sujeito vai à luta. Ainda existe por trás disso o esforço. Não é mole ficar doze horas ali, e nem é gostoso! Claro que não é isso. Não adianta encararmos o trabalho infanto-juvenil de forma policialesca e tirar o menino da rua. Jogá-lo onde?

**Júlio:** O flanelinha que limpou o vidro...

**Gaudêncio:** É, é. Jogá-lo aonde? Ele vai para onde? Ele vai ter que se virar, ele vai ter que sobreviver. Um animal vai à luta, não é mesmo? Então o que eu acho muito bom do seu projeto é que você implicitamente se nega a uma análise moral do trabalho. Você propõe: “Vamos ver, vamos chegar, vamos ver, vamos ouvir...” Outra coisa: Se você vai fazer entrevista com menino, é preciso ter cuidado, porque a representação que a criança e o jovem têm sobre o seu trabalho não é necessariamente o real. Então cabe a nós, com a teoria, interpretar, entende? Ele diz: “Não, tá ótimo! Tô aqui”. Mas às vezes “ser ótimo” para ele é porque pior seria sem ter isso, entende? Procure trabalhar nessa linha. Não trabalhar com a antinomia “bom ou mau” e nem “certo ou errado”.

Texto recebido em: 17/05/2005.

Aprovado para publicação em: 01/08/2005.